



ANO 18 Nº 08
Agosto de 2009

As exportações gaúchas no primeiro semestre

Entre janeiro e junho de 2009, o RS exportou aproximadamente US\$ 6,7 bilhões, um valor 19,3% menor que o do mesmo período do ano passado. Essa variação negativa, apesar de ruim, ainda é melhor que a obtida pelo Brasil como um todo, onde a redução foi de 22,8% para o mesmo período, e também melhor que a dos prognósticos para o comércio internacional, que apontam, para o ano cheio, uma redução, em dólares, de 25%. A tendência é essas diferenças se manterem, pelo menos aquela do Estado em relação à do comércio mundial de mercadorias. Por que isso?

Primeiro, porque o RS tem uma pauta exportadora onde é expressivo o peso de produtos de menor valor agregado, e, na atual crise internacional, esses produtos vêm apresentando uma redução de comércio inferior àquela dos produtos de maior valor agregado. Além disso, porque, de uma maneira geral, as regiões do mundo que estão sentindo menos os reflexos da crise são justamente as que demandam do Estado mercadorias de menor valor agregado. Por isso, o RS teve mais facilidades de colocar no mercado externo produtos como soja em grão, fumo e arroz, do que calçados, móveis, carrocerias e, principalmente, máquinas e aparelhos agrícolas. Mas houve exceções dos dois lados: em termos percentuais, dentre as principais mercadorias com menor valor agregado, as vendas externas de carnes e, principalmente, couros caíram mais que o total do Estado e, dentre aquelas com maior valor agregado, cabe destacar-se o crescimento nas vendas externas de armas leves.

A tabela mostra uma seleção de seis blocos econômicos. Juntos, eles absorveram 77% das vendas externas do RS no período considerado. Observe-se que as maiores reduções foram no comércio com o Mercosul (-31,2%), com o Nafta (-30,8%) e com o resto da América do Sul (-27,7%). Por outro lado, aumentaram as vendas para a China em 38,0%, enquanto houve decréscimos menores nas exportações para a União

Europeia e para a Liga Árabe, de -15,8% e -17,7% respectivamente.

O Mercosul, o Nafta e o resto da América Latina são mercados para os quais o Estado vende, proporcionalmente, produtos de maior valor agregado. Nessas regiões, os dois maiores parceiros comerciais estão em situação delicada: os Estados Unidos foram o epicentro da crise internacional, e a Argentina, além dos fatores externos, atravessou recentemente uma das piores estiagens de sua história. Dentre os demais países da América Latina, destaque-se a redução nas vendas para o México, para o Chile e para a Venezuela. Isto devido ao fato de que, por um lado, a crise norte-americana arrastou a economia mexicana, e, por outro, as quedas nas exportações de cobre, no caso do Chile, e do petróleo, no caso da Venezuela, reduziram a capacidade de compra desses países. Dessas economias, o México certamente terá taxa negativa de crescimento em 2009, ao passo que, para a Argentina e a Venezuela, as estimativas apontam, na melhor das hipóteses, taxas de crescimento próximas a zero.

Não é exatamente o mesmo que ocorre com os outros três blocos citados abaixo. A China, grande demandante de soja em grão, cresceu 7% neste primeiro semestre, e o Governo projeta 8% de crescimento anual. Para a Liga Árabe, a previsão é de um crescimento do PIB, em 2009, da ordem de 3% a 3,5%. Grande compradora de carne de frango, essa região até aumentou a quantidade demandada, mas a redução no preço internacional dessa mercadoria resultou numa redução do valor. A União Europeia, principal mercado do RS, sintetiza duas tendências opostas: deverá fechar o ano com crescimento abaixo de zero, mas suas importações de *commodities* agrícolas provavelmente não cairão na mesma proporção das compras externas dos produtos industrializados, o que, em termos relativos, prejudica menos o RS.

Valor das exportações do Rio Grande do Sul para blocos econômicos selecionados — jan.-jun./09 e jan.-jun./08

BLOCOS ECONÔMICOS	JAN-JUN/09		JAN-JUN/08		VARIÇÃO DO VALOR 2009 2008
	Valor (US\$ milhões)	Participação %	Valor (US\$ milhões)	Participação %	
União Europeia	1 427	21,3	1 695	20,4	-15,8
China, Hong Kong e Macau	1 285	19,2	931	11,2	38,0
Mercosul	846	12,6	1 230	14,8	-31,2
Nafta	731	10,9	1 056	12,7	-30,8
Liga Árabe	465	6,9	565	6,8	-17,7
América do Sul (exclusive Mercosul)	405	6,0	560	6,7	-27,7
Subtotal dos blocos selecionados	5 159	77,0	6 037	72,7	-14,5
Subtotal dos demais países	1 545	23,0	2 272	27,3	-32,0
TOTAL DO RS	6 704	100,0	8 309	100,0	-19,3

FONTE: MDIC/Secex/Aliceweb.

Álvaro Antonio Garcia (FEE/CEES)

Emprego formal: semestre de saldos positivos, mas declinantes

No primeiro semestre de 2009, o Brasil sustentou resultados positivos de seus índices de emprego formal, a se considerarem os saldos (admissões menos demissões) acumulados em 12 meses, apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Excetuada a Região Norte, essa expansão continua a se verificar, mês a mês, em todas as regiões do País e no conjunto das metrópoles; o mesmo vale para o Rio Grande do Sul e para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), destacados na tabela. Todavia salta aos olhos a acentuada e contínua desaceleração da geração de postos formais, comportamento em que se observa inequívoca convergência desses distintos recortes geográficos. No Estado, por exem-

plo — que, no intervalo analisado, apresenta *performance* inferior à do agregado nacional e à da Região Sul —, chegou-se, em junho último, a um acréscimo de apenas 15.000 postos formais na comparação com igual mês de 2008, ao passo que, em janeiro, o diferencial atingia 74.000 vagas. Um mero exercício de projeção indicaria a iminência de resultados negativos nessas séries, mas sinais de recuperação da economia mundial estão sendo assinalados, e fatores que vêm deprimindo, no Brasil, o crescimento do emprego podem ser contra-arrestados, antes que se configure um movimento de retração no mercado formal de trabalho.

Varição percentual em 12 meses do emprego formal no Brasil, nas regiões brasileiras e metropolitanas e no RS — 2009

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
Brasil	4,14	3,44	2,84	2,18	1,92	1,28
Região Norte	1,30	0,57	-0,07	-0,62	-0,72	-1,49
Região Nordeste	4,41	4,37	3,77	3,07	2,93	2,55
Região Sudeste	4,17	3,30	2,68	1,99	1,73	0,99
Região Centro-Oeste	4,43	3,91	3,52	3,17	2,86	2,01
Região Sul	4,37	3,62	2,97	2,30	1,97	1,52
RS	3,73	2,73	2,03	1,50	1,18	0,72
Regiões metropolitanas	4,87	4,35	3,64	3,05	2,78	2,29
RMPA	3,10	2,38	1,87	1,36	1,19	0,77

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego.

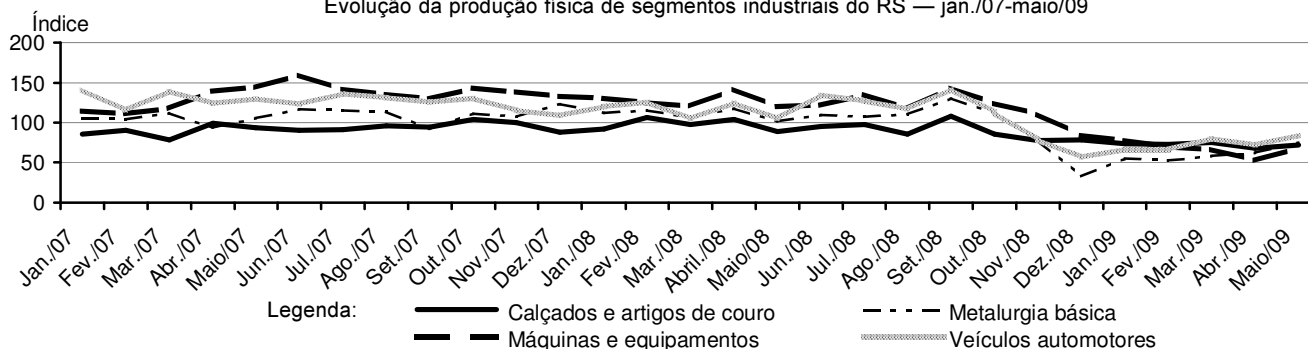
Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho (FEE/CEES)

O desempenho da indústria e das exportações do RS em 2009

A maioria dos segmentos do setor industrial do RS, que vem sofrendo os efeitos da crise financeira global, apresentou variação negativa no índice de produção física no período acumulado jan.-maio/09 relativamente ao mesmo período do ano anterior. Os destaques negativos foram metalurgia básica (-39,6%), máquinas e equipamentos (-33,6%), calçados e artigos de couro (-28,1%) e veículos automotores (-26,5%). Apenas dois segmentos escaparam ao retrocesso generalizado: refino de petróleo e álcool (7,8%) e celulose, papel e produtos de papel (0,13%). A variação no índice de produção física da indústria geral do RS foi de -14,6% no período.

Essa queda dos indicadores da indústria está relacionada diretamente à diminuição das exportações industriais gaúchas. No período jan.-jun./09, os destaques negativos, por sua representatividade na pauta exportadora do RS, em termos de volume, foram veículos automotores (-55,1%), couro e artefatos de couro (-35,6%), máquinas e equipamentos (-34,8%) e produtos alimentícios e bebidas (-16,3%). O decréscimo no volume das exportações industriais gaúchas foi de -20,1% no período. Cabe destacarem-se, pela sua importância na pauta exportadora, dois segmentos que tiveram crescimento em termos de volume: coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (83,6%) e químicos (13,3%).

Evolução da produção física de segmentos industriais do RS — jan./07-maio/09



FONTE: FEEDADOS.

NOTA: Os dados têm como base igual mês do ano anterior.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-jun./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	108,2	4,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,8	-6,1	103,5	-4,3	117 425
Set./07	5,3	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,0	-20,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-4,9	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,1	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	109,9	0,3	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,4	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,2	8,8	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,5	16,6	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,9	-23,1	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,1	11,8	113,4	-0,4	135 861
Mar./09	3,1	-	9,0	5,6	11,25	69,7	9,8	111,3	-1,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,1	7,9	110,3	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	64,9	6,0	115,0	4,2	134 772
Jun./09	-	-	-	4,8	9,25	-	-	-	-	136 247

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	85,2	17,5	26,9	0,77	2,80	-3,57	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	85,7	16,6	27,6	0,69	2,81	-3,50	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,4	86,1	16,0	27,9	0,55	2,75	-3,30	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	43,9	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,97	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-1,00	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,7	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,29	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,3	-1,68	2,47	-0,79	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	24,5	46,0	-1,63	2,42	-0,78	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,8	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,0	41,9	-1,79	2,86	-1,07	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,02	1,0	1,7	76,7	19,2	35,8	-1,76	2,8	-1,00	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,99	-1,0	-0,9	77,0	15,3	27,7	-1,72	2,9	-1,18	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,06	-1,9	14,9	77,1	15,0	24,5	-1,58	2,9	-1,30	190 388	259 926
Abr./09	-2,54	41,4	106,39	-3,9	-3,9	77,6	12,8	18,0	-1,40	2,9	-1,53	190 546	262 113
Mai/09	-2,28	42,5	114,01	-5,1	6,3	78,7	4,9	9,3	-1,50	3,1	-1,58	195 264	264 694
Jun./09	-	-	-	-	-	79,0	-0,6	0,3	-1,37	3,05	-1,68	201 467	266 283

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coréia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 08

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./07-jun./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	85,39	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	86,65	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	86,98	908,85
Mai./07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	87,19	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	88,10	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	88,81	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai./08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,8	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,01	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	102,86	85,06	83,67	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai./09	-	105,34	91,91	85,36	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	-	-	-	554,0	287,5	156,6	998,1	100,86	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — fev./07-jun./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 122	1 157	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 128	1 164	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 146	1 176	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 154	1 176	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 148	1 176	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 148	1 171	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 147	1 169	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 145	1 151	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 158	1 168	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 162	1 169	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 189	1 192	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 153	1 150	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 125	1 121	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 108	1 120	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 137	1 149	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 169	1 188	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 192	1 206	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 195	1 213	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 204	1 210	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 209	1 213	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 210	1 209	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 203	1 209	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 185	1 181	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 196	1 179	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 218	1 203	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 226	1 225	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 209	1 222	-	-	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 188	1 200	-	-	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	-	-	-	-	1 879 368

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

O perfil dos municípios mais desenvolvidos

No contexto da análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), é interessante verificar-se que padrões emergem quando se objetiva encontrar um perfil dos municípios mais desenvolvidos.

Nessa busca, calculou-se a correlação do Idese dos municípios gaúchos com indicadores tradicionais para o ano de 2006. A correlação entre dois indicadores indica o quão atrelado é o comportamento destes; onde, quanto maior é o valor da correlação, maior é a intensidade da associação.

Da análise dos dados, observa-se que o Idese, geralmente, é maior em municípios populosos, urbanizados, com mais mulheres do que homens — confirmando a tese demográfica de que, nas migrações intraestaduais, as mulheres predominam em relação aos homens, na procura por melhores condições de trabalho — e com mais pessoas com idade entre 20 e

49 anos, faixa etária que poderia ser interpretada como sendo o auge da idade ativa. No que diz respeito à economia, percebe-se também que, geralmente, o Idese é maior em municípios com PIBs maiores, mais dependentes dos serviços e da indústria e pouco dependentes da agropecuária.

No contexto acima, sintetizam-se as relações dos 496 municípios gaúchos em poucos indicadores. Contudo, quando se olha para outros anos ou apenas para os 10 municípios com maior Idese, chega-se aproximadamente às mesmas conclusões, o que corrobora as afirmações precedentes.

Essas características são importantes para se confirmar que não há fórmulas mágicas para alcançar as mais altas posições. A solução é priorizarem-se, de forma equilibrada, avanços econômicos e sociais, com ênfase na indústria, na prestação de serviços e na urbanização.

Correlação entre os indicadores selecionados dos municípios e o Idese no Rio Grande do Sul — 2006

INDICADORES SELECIONADOS	CORRELAÇÃO COM O IDESE (1)
População	0,558
Taxa de urbanização	0,724
Razão de sexo (número de homens/número de mulheres)	-0,668
Percentual de habitantes com idade entre 20 e 49 anos	0,447
PIB	0,672
PIBpc	0,461
Percentual da agropecuária no PIB	-0,575
Percentual da indústria no PIB	0,445
Percentual dos serviços no PIB	0,382

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas (CIE).

(1) Correlação de Spearman.

Rafael Bernardini Santos (FEE/CIE)

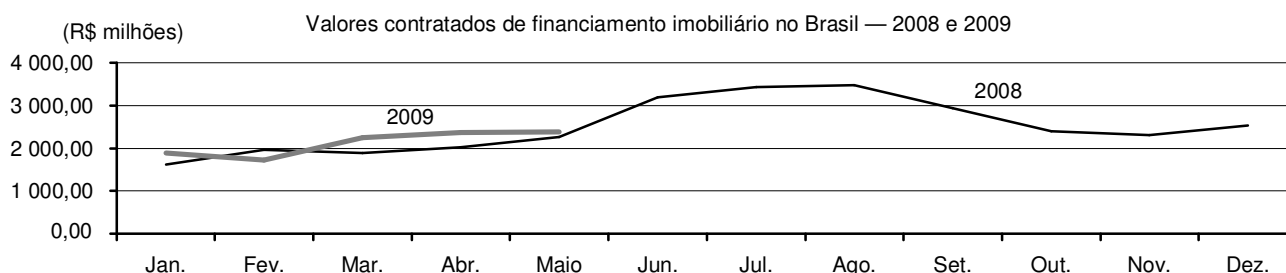
Construção civil: o financiamento é a alma do negócio

A forte retomada do crescimento na construção civil do Brasil, verificada nos últimos anos, deve-se, em larga medida, à expansão do crédito habitacional. Diversas medidas tomadas pelo Governo Federal nesse sentido garantem a oferta de financiamentos tanto para o construtor como para o consumidor. Por outro lado, a relativa estabilidade do nível geral de preços na economia fez com que as classes médias se dispusessem a assumir compromissos de longo prazo, estimuladas também pela extensão dos prazos e pela redução da renda familiar mínima exigida nos empréstimos.

As operações de crédito imobiliário ampliaram-se consideravelmente, quando o Governo autorizou os bancos privados a ofertar financiamentos com recursos das cadernetas de poupança, cuja remuneração é a mais baixa do mercado financeiro. Isso significou, para esses bancos, redução no custo

de captação dos recursos. Esse custo, quando cotejado aos juros pagos ao banco pelo tomador do financiamento, resulta numa diferença que torna bem mais lucrativas as operações de financiamentos habitacionais, quando se compara com a situação anterior, onde os recursos eram captados a juros de mercado.

O volume de recursos utilizados no financiamento imobiliário, em 2008, cresceu bastante, tendo sofrido uma aceleração, entre maio e agosto, da ordem de 54%. A queda no volume de financiamentos, a partir de setembro, foi coerente com o clima de incertezas e com a deterioração das expectativas de investimentos, advindas da crise econômica internacional. Já nos últimos meses de 2008, delineou-se uma retomada, que teve continuidade a partir de março de 2009.



FONTE: Bacen.
ABECIP.

Áurea Breitbach (FEE/CEES)

Qual o limite para a queda da taxa selic em 2009?

Diante da crise financeira global, que provocou um desempenho negativo do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no quarto trimestre de 2008 (-3,6% em relação ao trimestre anterior) e no primeiro trimestre de 2009 (-0,8% em relação ao último trimestre de 2008), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (Bacen) decidiu reduzir, a partir de janeiro deste ano, a taxa de juro básica da economia nacional (Selic), buscando incentivar a retomada do crescimento do nível de atividade. O primeiro corte na Selic ocorreu na reunião de 22 de janeiro de 2009, quando ela passou de 13,75% ao ano para 12,75% ao ano. Nas reuniões seguintes do Copom, ela continuou a cair, chegando a 8,75% ao ano na reunião de 22 de julho, mantendo-se em um dígito e atingindo o menor nível desde março de 1999, quando passou a ser usada como instrumento de política monetária para controlar a meta de inflação.

O fato de a autoridade monetária ter-se decidido por uma queda da taxa Selic de 5,0 pontos percentuais nos primeiros sete meses do ano não tem nada de errado, já que as economias mundial e brasileira vivem uma fase de recessão, o que leva os bancos centrais a reduzirem os juros nominais sem colocarem em risco o controle da inflação.

Mas até quanto pode cair o juro básico da economia neste ano? Para o Bacen, a continuação da queda do juro somente seria confortável se a inflação andasse abaixo do centro da

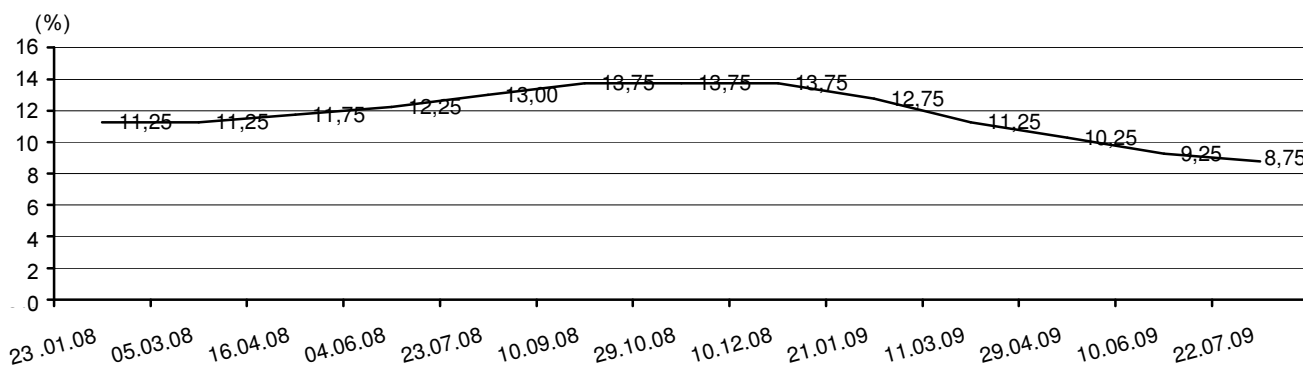
meta (4,5% ao ano). Entretanto, ao longo dos cinco primeiros meses de 2009, ela sempre esteve acima de 5%, considerando-se o acumulado em 12 meses, e, em junho, ficou um pouco abaixo desse patamar (4,80%). A perspectiva, entretanto, é que ela continue a cair até o final do ano.

O fato é que, apesar dos juros elevados, a inflação brasileira, devido, dentre outros motivos, à indexação dos preços administrados (por exemplo, por razões contratuais), cai muito lentamente, ou cai de forma bem mais lenta do que na maioria dos demais países, onde os preços costumam ser mais flexíveis para baixo. Então, o Banco Central do Brasil tende a ser relativamente mais exigente com o cumprimento da meta inflacionária do que a maioria dos outros bancos centrais.

Contudo, à medida que a recessão mundial se aprofunde e se prolongue, a inflação deverá seguir em queda aqui e lá fora, e a derrubada dos juros, que no exterior já se aproximam do zero nominal e que, em muitos casos, até já são negativos (em termos reais), poderá continuar no Brasil.

Tecnicamente, a discussão é sobre a chamada taxa de juro de equilíbrio, ou seja, o menor juro real com que o país pode conviver sem provocar a aceleração da inflação. Considerando isso, é factível esperar-se que, nos restantes cinco meses de 2009, o Copom ainda promova mais um corte na taxa Selic, que poderá ser de até 0,5 ponto percentual.

Evolução da taxa de juros Selic no Brasil — jan./08-jun./09



FONTE: Bacen.

Edison Marques Moreira (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.07.09).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.